



**Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de
Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos
Profissionais da Educação – FUNDEB**

**Criado pela Lei Municipal Nº 7976/2022.
Regimento Interno aprovado pelo Decreto Municipal Nº 32.502/2022.
Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES**

OFÍCIO/ FUNDEB/ Nº27/2026.

Cachoeiro de Itapemirim - ES 02 de setembro de 2026

Para: Secretária Municipal de Educação
Sra. Simone de Souza Beiriz

Senhora Secretária,

O Conselho Municipal do FUNDEB de Cachoeiro de Itapemirim, encaminha para a vossa senhoria ata referente ao mês de agosto/2026 para análise e posteriormente a publicação no Diário Oficial.

Atenciosamente,

João Batista de Freitas
Presidente do Conselho do FUNDEB
Decreto no 32.615/2023





Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Criado pela Lei Municipal Nº 7976/2022.
Regimento Interno aprovado pelo Decreto Municipal Nº 32.502/2022.
Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES

Ata da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, realizada no dia dezanove de agosto de 2026, às oito horas, na Sala dos Conselhos, situada no CIAE “Newton Braga” situado à rua Mário Imperial, nº 01, Bairro Ferroviários. A reunião foi secretariada por Jelina Gualandi Dias e contou com a presença dos conselheiros: Sra Nelciame Alves, Sra. Paula Schwan Romanelli, Sr. João Batista de Freitas, Sra. Mirella Gomes Vilela Alves Gonçalves, Sra. Erenice Soares de Oliveira Silva, Sr. Fábio Gava da Silva, Paula da Silva Tosta, Sra. Jocicleide Leal da Costa, Sra. Karla Correa da Silva Vieira **Faltas Justificadas:** Sra. Ana Maria Carlete de Avelar, Sra. Dulcineia Fernandes Peres, Sra. Farides Vieira Lougon Moulin Flausino **Convidados presentes:** Os fiscais de Contrato Sr. Aldecir Pereira dos Santos e Sra. Lucimária Martins Zampiroli. Dando início a reunião, o presidente Sr. João Batista cumprimentou a plenária e agradeceu a presença de todos. Enquanto aguardava a chegada dos fiscais de Contrato Sr. Aldecir Pereira dos Santos e Sra. Lucimária Martins Zampiroli, deu prosseguimento na pauta passando assim a palavra para a Conselheira Paula Tosta para a realização do repasse do ofício nº 20 do FUNDEB onde Convida os Fiscais Sr. Diego de Paula Aguiar e Sra. Cláudia Gonçalves Costa e do Ofício CIRCULAR/SEME/SAPE nº 275/2026 referente ao Workday - Edição 2026. Com relação ao Ofício FUNDEB nº 20, foi informado que o Fiscal Sr. Diego de Paula Aguiar estará de férias do dia dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis a trinta e um de agosto de dois mil e vinte e seis sendo impossível a participação do mesmo na reunião de hoje (dezanove de agosto de 2026) solicitando assim que fosse feito o agendamento de uma nova data para a sua participação. Ficou decidido então, que o convite será feito novamente para a próxima reunião ordinária do FUNDEB que está marcada para o dia dezois de setembro de dois mil e vinte e seis. Já o Ofício CIRCULAR/SEME/SAPE nº 275/2026 referente ao Workday - Edição 2026, fala sobre o convite da Secretaria Municipal de Educação, por meio da Subsecretaria de Apoio e Planejamento Educacional para o Workday dos Conselhos que acontecerá online no dia 26 de agosto de 2026, de 18h às 19h30min, com foco na construção do novo Plano Municipal de Educação. Foi solicitada a participação de todos os conselheiros, pois é necessário a participação do FUNDEB na construção do novo plano. Foi solicitado também que o convite fosse compartilhado no grupo do whatsapp para ciência dos conselheiros ausentes, com envio posterior do link da reunião. O presidente informou em seguida, que, devido ao atraso da entrega da frequência, não houve tempo hábil para a comissão se reunir. A conselheira Paula Tosta relatou a dificuldade de agenda para análise da frequência em razão dos compromissos da equipe e atraso na chegada da frequência até o conselho. Houve consenso de que a análise ficou prejudicada e que será feita juntamente com a próxima frequência. Ocorreram também questionamentos quanto ao prazo de envio da documentação para análise tanto da frequência quanto da prestação de contas onde seria essencial a



chegada desses documentos com uma semana de antecedência para as análises serem feitas com tempo para que possa ser apresentada para a plenária no dia da reunião do conselho. Ainda com relação a frequência, a conselheira Paula Tosta levantou questionamento de como a Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) está fazendo a fiscalização de servidores com redução de carga horária para o acompanhamento de filhos ou familiares, especialmente em casos de acompanhamento terapêutico, deficiência e autismo tendo em vista que é um direito do servidor mas que foi feito uma denúncia onde tem servidor com a redução de carga horária mas tem o filho na escola de tempo integral e que não leva a criança para fazer tratamento. Redução de 30, 40 ou 50% e com isso sobrecarrega a folha de pagamento. Foi deliberado que a secretária enviará um ofício à Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) solicitando informações detalhadas sobre a existência e os procedimentos atuais de fiscalização dos servidores beneficiados com a redução de carga horária. Dando continuidade, o presidente passou a palavra para o Conselheiro Fábio para falar sobre a prestação de contas. Começando pela conta da municipalizada, informou que não houve nenhuma movimentação onde já foi solicitado ao Sr. Humberto desde abril de 2026 o encerramento da conta. Ele informou que até junho estaria finalizando, mas que ainda não aconteceu. O saldo em conta que está a dois meses sem movimentação, gerando juros, o rendimento está a 786.000,00 (setecentos e oitenta e seis mil). Uma conta municipalizada que gerou 8.447,29 não tendo nenhuma movimentação. A única movimentação que teve foi no mês passado onde foi feito o pagamento de servidores. Esses 8.447,29 (Oito mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos) estão parados e gerando juros. Em seguida, foi falado sobre o Convênio de Municipalização da EMEBTI Newtro Ferreira. A conselheira Mirella, no dia da análise da prestação de contas identificou a ausência do recurso destinado à Escola Newtro Ferreira na prestação de contas, tendo acesso a este convênio posteriormente e passado para o conhecimento do Conselho no dia 19 de agosto de 2026. Esclareceu-se que, por se tratar de um convênio, o Estado repassa a verba diretamente para a Prefeitura. Após análise prévia do convênio, verificou-se a previsão de repasse no valor de R\$ 808.156,66 (oitocentos e oito mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta e seis centavos), valor este que, segundo o cronograma de desembolso, serão pagos sete parcelas de 115.450,90 em conta já estabelecida. Diante disso, a comissão apontou a necessidade de averiguar a origem dos recursos utilizados para a manutenção da escola até o mês de agosto. O Conselheiro Fábio manifestou-se a respeito da lista de pagamento de servidores anexada à prestação de contas. O conselheiro apontou que o documento atual não discrimina os nomes dos funcionários beneficiados, ressaltando a obrigatoriedade de que tal identificação nominativa conste detalhadamente nos relatórios apresentados. Por fim, deliberou-se que a tramitação e as definições deste item deverão aguardar o envio formal das informações e dos extratos que serão apresentados pela Sra. Daniele, para posterior validação e regularização das pendências apontadas. Com relação ao valor da municipalizada num geral, entrou 22.207.292,70 (Vinte e dois milhões, duzentos e sete mil, duzentos e noventa e dois reais e setenta centavos.) e saiu 20.590.401, 17 (Vinte milhões, quinhentos e noventa mil, quatrocentos e um reais e dezessete centavos.) está na faixa, sobrando média de 2.000.000,00 (dois milhões) todo mês. O restante em cima desse valor tem a conta do VAAR e a conta do VAAT. O que



chamou a atenção durante a análise foi a aquisição do kit escolar que já foi distribuído nas escolas e o outro foi do Horto de Marataízes na questão alimentar. A Conselheira Mirella informou que foi uma nota de maio no valor de 993.000,00 e uma nota de julho no valor de 670.000,00. Na hora foi feito o questionamento sobre as notas e vimos que a nota de maio está descrita que era para a HCM pagamento de 214 merendeiras, de nutricionistas e encarregados e a nota de julho, vem sem especificação, só fala que é prestação de serviço. A dúvida lá na hora é que em maio houve a alteração do contrato e agora a prefeitura compra o prato da comida. O conselheiro Fábio na hora consultou o contrato e o mesmo está com data de 2023, pressupõe que foi aditivo de renovação essa parte não ficando claro. Sra. Mariza que é fiscal de contrato seria convidada para a reunião mas, por situações pessoais que a mesma está passando, optaram por monitorar o próximo mês para verificar a ocorrência de novos lançamentos vinculados à HCM, postergando o chamamento. Finalizando a parte da prestação de contas, foi informado que, com relação a despesa, foi apenas esses dois questionamentos que foram feitos, o resto fechou a conta em 54.218.601,11 (Cinquenta e quatro milhões, duzentos e dezoito mil, seiscentos e um reais e onze centavos.) fechou em julho e abriu agosto. Sem mais questionamentos, a prestação de contas foi aprovada por todos os conselheiros presentes. Aproveitando a ocasião, a conselheira Mirella enfatizou que o setor financeiro encontra-se muito solícito com a comissão de prestação de contas quando se faz necessário a análise de um documento específico. O conselheiro Fábio manifestou sua preferência quanto à ida ao setor financeiro, pois se surgir alguma dúvida já resolve na hora. Dando prosseguimento na pauta, o presidente agradeceu a presença dos convidados, os fiscais de Contrato Sr. Aldecir Pereira dos Santos e Sra. Lucimária Martins Zampiroli em seguida passando a palavra para o conselheiro Fábio para fazer as perguntas pertinentes e deixando aberta para a plenária caso alguém tenha alguma pergunta. O Sr. Fábio informou que, devido a atrasos na entrega da documentação, foi necessário realizar a prestação de contas dos meses de maio e junho juntos. Esclareceu que todas as despesas voltadas aos 30% independentemente de quais forem dependem de aprovação do FUNDEB. Mesmo não envolvendo diretamente os servidores, o conselho deve fiscalizar tais proventos, a exemplo das deliberações sobre o Horto de Marataízes e demais despesas. As perguntas em questão foram pontuadas pois não estavam surgindo de forma gradativa para o mês seguinte, o que gerou dúvidas sobre os repasses da Prime, do combustível da Neo e da Coope Serrana — este último posteriormente acessado pelo conselheiro. Também foi feito o questionamento sobre a aquisição dos ares-condicionados. O conselheiro enfatizou a necessidade de estrita transparência, visto que os conselheiros e fiscais respondem civil e administrativamente com seus respectivos CPFs. Solicitando ao Sr. Aldecir que é fiscal de contrato, que explicasse qual é a responsabilidade que os fiscais têm, ratificando os serviços prestados para a população e a Secretaria Municipal de Educação. Passado a palavra para o Sr. Aldecir, informou que a empresa que foi contratada para a prestação de serviço foi Belmicro Tecnologia S/A. Em seguida, foi apresentado relatório sobre aquisição de ares-condicionados para escolas, com explicação de que os pedidos foram feitos conforme a necessidade de cada unidade escolar. Foram relatados também casos de remanejamento de equipamentos entre salas e escolas; necessidade de adequação da potência dos aparelhos ao espaço físico; preocupação com a rede elétrica e com a



capacidade de suporte; risco de aquisição sem instalação imediata, o que pode causar perda de garantia ou problemas de uso. Também foi mencionada a importância de avaliar a reserva técnica e a manutenção periódica dos equipamentos. Foi abordado também a necessidade de adequação da infra-estrutura elétrica de algumas escolas, incluindo: instalação de transformadores; aumento de carga elétrica; revisão da demanda contratada; custo elevado de energia em algumas unidades. Os conselheiros destacaram que algumas escolas possuem demanda contratada incompatível com o uso atual, gerando desperdício ou cobrança excessiva. Foi discutida a dificuldade logística para recebimento, armazenamento, patrimonialização e distribuição de materiais adquiridos pela educação onde foi mencionado: uso de espaços provisórios para guarda de materiais; necessidade de controle patrimonial; risco de descarte ou extravio de itens sem identificação adequada; importância de evitar remanejamentos sem autorização do setor responsável. Para encerrar a sua fala, o sr. Aldecir se colocou à disposição do conselho para qualquer esclarecimento que surgir. Sem mais a tratar o presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e eu, Jélliana Gualandi Dias, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelos demais participantes, em folha de frequência em anexo.

Jélliana Gualandi Dias.





Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Criado pela Lei Municipal Nº 7976/2022.
Regimento Interno aprovado pelo Decreto Municipal N.º 32.502/2022.
Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião do FUNDEB: ☒ Ordinária ☐ Extraordinária

Data: 19/08/26

Horário: 08:00 Local: ☒ Sala dos Conselhos ☐ Outro _____

I – Representantes do Poder Executivo Municipal

a) Titular: Nelciame Alves Nelciame Alves

b) Suplente: Luciana Valéria Messias _____

c) Titular: Danielle Vieira dos Santos _____

d) Suplente: Paula Schuan Romanelli Paula Schuan Romanelli

II – Representantes dos Professores da Educação Básica Pública Municipal

a) Titular: João Batista de Freitas João Batista de Freitas

b) Suplente: Mirella Gomes Vilela Alves Gonçalves Mirella Gomes Vilela Alves Gonçalves

III – Representantes dos Gestores das Escolas Básicas Públicas Municipais

a) Titular: Flávia Santana Pena _____

b) Suplente: Cyntia Aparecida Falcão de Souza _____

IV – Representantes dos Servidores Técnico- Administrativos das Escolas Básicas Públicas Municipais

a) Titular: Erenice Soares de Oliveira Silva Erenice S. O. Silva

b) Suplente: Fábio Gava da Silva _____

V – Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública Municipal

a) Titular: Paula da Silva Tosta Paula da Silva Tosta

b) Suplente: Sharonline Oliveira Rosa _____

c) Titular: Jocicleide Leal da Costa Jocicleide Leal da Costa

d) Suplente: Jéssica Vieira Félix _____



VI - Representantes do Conselho Municipal de Educação de Cachoeiro de Itapemirim

a) Titular: Farides Vieira Lougon Moulin Flausino _____

b) Suplente: Dulcinéa Fernandes Peres _____

VI I- Representantes do Conselho Tutelar

a) Titular: Lillian Debona Machado Corrêa _____

b) Suplente: Gutemberg Santos de Fraga _____

VIII – Representantes de Organizações da Sociedade Civil

a) Titular: Alexon Soares Cipriano _____

b) Suplente: Ana Maria Carlete de Avelar _____

c) Titular: Jovania Lima Valiati _____

d) Suplente: Karla Correa da Silva Vieira Karla Correa da Silva Vieira.

CONVIDADOS PRESENTES:

Aldair Pereira dos Santos / Maria Maria Martins Zampieri

